

# IG SEST

10/11/2017

MINISTÉRIO DO  
PLANEJAMENTO,  
DESENVOLVIMENTO E GESTÃO



- » Acompanhar a qualidade da governança das empresas estatais federais, de controle direto, para fins de mensuração do cumprimento da Lei nº 13.303/16, do Decreto nº 8.945/16 e das Resoluções da CGPAR.
- » Conferir transparência à sociedade quanto a situação destes ativos.
- » Nortear a atuação da SEST em sua missão institucional.

O **IG-SEST** será apurado em **3 DIMENSÕES**:

**I. Gestão, Controle e Auditoria**

**II. Transparência das Informações**

**III. Conselhos, Comitês e Diretoria**

Cada dimensão será composta por **BLOCOS**, que por sua vez contêm **ITENS DE AVALIAÇÃO**, e todos os grupamentos receberam “pesos”, segundo o seu grau de relevância, acuidade e complexidade de execução.

**A Nota Máxima da Avaliação será 10 pontos.**



## Regulamento IG-SEST



## Relatório Gerencial



## Relatório de Avaliação

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E  
GESTÃO - MPDG  
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas  
Estatais - SEST

IG  SEST



## INDICADOR DE GOVERNANÇA IG-SEST

### Relatório de Avaliação

OUTUBRO - 2017

10/11/2017

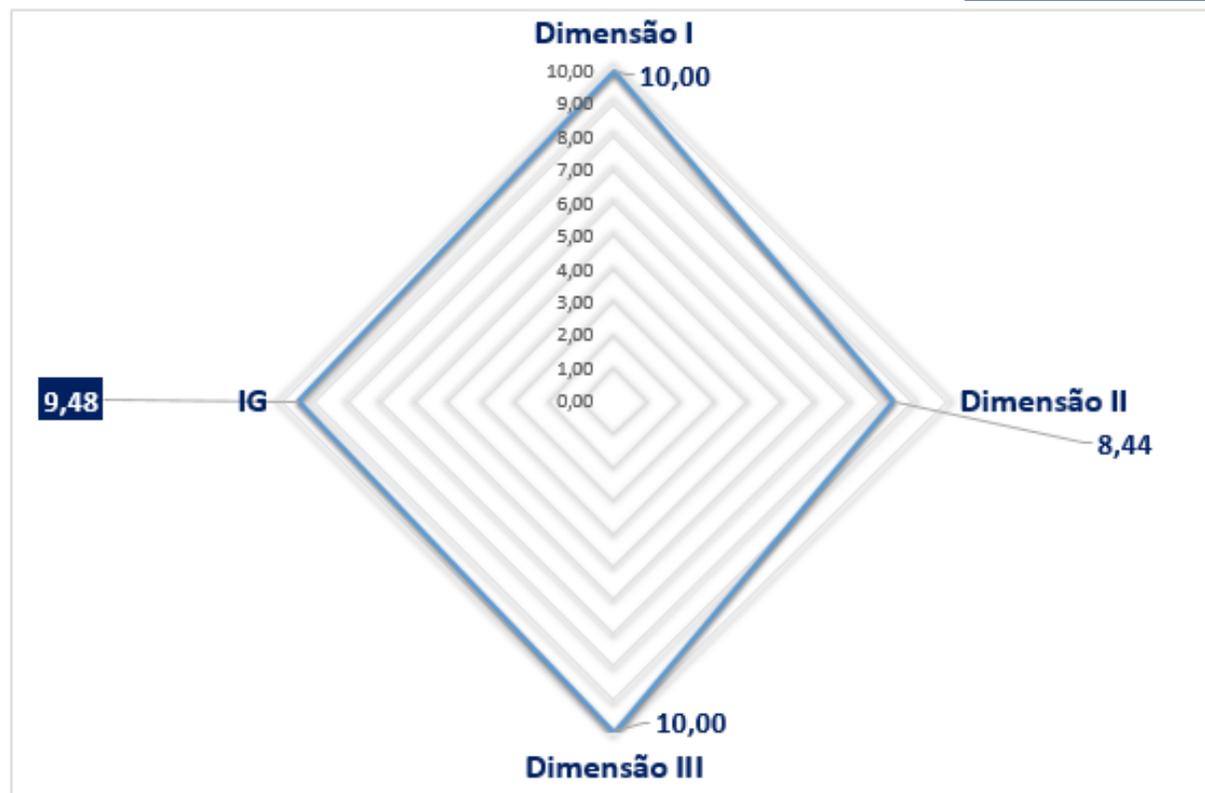


NOTA

9,48

NÍVEL DE GOVERNANÇA

Nível 1



## D - II: TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES

## CRITICIDADE

- |   |       |
|---|-------|
| 1. Publica a Carta Anual de Governança Corporativa em seu sítio eletrônico (Lei 13.303/2016, art. 8º, inciso VIII e Decreto 8.945/2016, art. 13, Inciso VIII).  | BAIXA |
| 2. Divulga as conclusões da análise realizada pelo CA sobre o atendimento das metas e dos resultados na execução do Plano de Negócios e da Estratégia (Lei 13.303/2016, art. 23, §2º e §3º e Decreto 8.945/2016, art. 37, §3º). | ALTA  |

## D - III: CONSELHOS, COMITÊS E DIRETORIAS

## CRITICIDADE

- |   |       |
|---|-------|
| 3. O Estatuto Social prevê Comitê de Auditoria (Lei 13.303, art. 9º, Inciso III e Decreto 8.945/2016, art. 24, inciso V).   | BAIXA |
| 4. O Estatuto Social estabelece os requisitos e vedações para administradores (Lei 13.303/2016, <u>arts. 17 e 26</u> e no Decreto 8.945/2016, <u>arts. 28 e 41</u> ).                       | MÉDIA |
| 5. O Estatuto Social estabelece os requisitos e vedações para Conselheiros Fiscais (Lei 13.303/2016, <u>arts. 17 e 26</u> e no Decreto 8.945/2016, <u>arts. 28 e 41</u> ).                  | MÉDIA |
| 6. O Estatuto Social estabelece os requisitos específicos para exercício dos cargos de Diretores (Lei 13.303/2016, art. 13, inciso II).<br>Obs.: dispensado para empresas de pequeno porte. | MÉDIA |
| 7. O Estatuto Social estabelece os requisitos e vedações para a indicação dos membros do Conselho de Administração (Decreto 8.945/2016, <u>arts. 29 e 36</u> ).                             | MÉDIA |

# OBRIGADO!

MINISTÉRIO DO  
PLANEJAMENTO,  
DESENVOLVIMENTO E GESTÃO



## Mauro Ribeiro Neto

**Diretor de Governança e Avaliação de Estatais**  
**Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais**

Informações adicionais [ig.sest@planeajmento.gov.br](mailto:ig.sest@planeajmento.gov.br)